

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL PARA PESSOAS TRANS NO BRASIL

TAÍS MAGALHÃES MARUCCO

RIO DE JANEIRO
2018/ 1º SEMESTRE

TAÍS MAGALHÃES MARUCCO

ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL PARA PESSOAS TRANS NO BRASIL

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob orientação da **professora Dra. Mariana Trotta Dallalana.**

RIO DE JANEIRO

2018/ 1º SEMESTRE

CIP - Catalogação na Publicação

M188
288a Magalhaes Marucco, Tais
 Alteração do registro civil para pessoas trans no
 Brasil / Tais Magalhaes Marucco. -- Rio de Janeiro,
 2018.
 52 f.

 Orientadora: Mariana Trotta.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 de Direito, Bacharel em Direito, 2018.

 1. Alteração do registro civil. 2. ADI 4275. 3.
 Pessoas trans. 4. Atores sociais. 5. Identidade de
 gênero. I. Trotta, Mariana, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TAÍS MAGALHÃES MARUCCO

ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL PARA PESSOAS TRANS NO BRASIL

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, **sob a orientação da Professora Dra. Mariana Trotta Dallalana.**

Data da aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Orientadora – Professora Dra. Mariana Trotta Dallalana

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro
2018/ 1º Semestre

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha mãe, mulher que tornou esta graduação possível com seu amor incondicional e apoio incessante, colocando meus sonhos a frente dos dela no que, provavelmente, foi o maior gesto de generosidade que outra pessoa já direcionou a mim. Ao meu pai agradeço pelo exemplo de honestidade e pelo humor peculiar, além de todo sacrifício em prol do meu diploma. À minha irmã, Isis, pelas confidências de uma vida inteira, por ser quem mais me conhece e por partilhar comigo uma visão de mundo. Ao meu irmão caçula, Wil, de quem eu mais senti saudade quando me mudei para estudar no Rio de Janeiro, por me ensinar uma forma de amor incomparável. Sem vocês nada disso faria sentido!

Minha eterna gratidão às amigas e amigos, os quais se transformaram na minha família fora de casa: Barbara Castro, Barbara Ferraz, Bianca Faria, Daniel Castilho, Jade Toledo, João Victor Bohn, Ligia Loureiro e Lucas Eloy. Obrigada pelas experiências compartilhadas, nessa época de grande amadurecimento e crescimento pessoal.

Dedico um espaço dessa homenagem aos professores que me guiaram até aqui. Em especial, à minha orientadora, Mariana Trotta, responsável por me apresentar o universo da sociologia jurídica ainda no início da faculdade, abrindo minha cabeça para novas ideias, numa formação mais humanitária. Professora, você é um exemplo de mulher para mim. Obrigada pela generosidade e paciência nessa etapa.

Por fim, agradeço à Faculdade Nacional de Direito por proporcionar os melhores anos da minha vida. Carrego comigo a certeza de uma formação acadêmica de excelência, a qual também me incutiu maior consciência social e a vontade de lutar por uma sociedade mais igualitária.

“Seja a mudança que você quer ver no mundo.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

O presente estudo tem por escopo tecer uma análise sobre a alteração do registro civil de nome e sexo para pessoas travestis, transexuais e transgêneros no Brasil. Partindo da discussão sobre o conceito de identidade de gênero, adentra-se na situação jurídico-social de pessoas trans, num estudo de caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275 junto ao Supremo Tribunal Federal. A pesquisa realizada identifica quem são os atores sociais da ADI em comento e mostra o caminho percorrido até a decisão histórica do STF, que permitiu a alteração do registro civil de nome e sexo para pessoas trans, independente de cirurgia de transgenitalização.

Palavras-chave: Pessoas trans, identidade de gênero, ADI 4.275, STF, atores sociais, alteração do registro civil.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the amendment to the civil registry on both name and gender for transgender people in Brazil. Based on the understanding of gender identity, it enters into the legal and social situation in which transgender people live in. It also brings an analysis of emblematic decision from Brazilian Supreme Court at ADI 4.275. In order to enclose a historical view that presents this theme development over the years, there is also the identification of social actors on ADI 4275, which came from a Supreme Federal Court judgment. It shows that the position of this judicial body allowed transgender people to finally get the right to do the amendment to the civil registry as required.

Keywords: Transgender; gender identity; amendment to the civil registry; Brazilian Supreme Court; ADI 4.275; transgender rights.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	9
II. IDENTIDADE DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E TRANSEXUALIDADE	13
II.2. Identidade de gênero e "pessoas trans"	14
II.3. Transexualidade e a cirurgia de transgenitalização no Brasil.....	17
III. OS ATORES SOCIAIS NA ADI 4.275	25
III.1. Procuradoria Geral da República.....	28
III.2. ABGLT	29
III.3. Grupo Dignidade.....	30
III.4. Defensoria Pública da União	31
III.5. GADVS – Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero	32
III.6 Clínica UERJ de Direitos – CLAM – LIDS.....	32
III.7 Conselho Federal de Psicologia	34
IV. A FALTA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA PESSOAS TRANS	36
V. ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL PARA PESSOAS TRANS NO BRASIL	39
V.1. Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	42
V.2. Posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF)	45
V.3. Votos dos Ministros do STF na ADI 4.275	46
VI. CONCLUSÃO.....	51
VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54

I. INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da alteração do registro civil para “pessoas trans”, as quais reivindicam o reconhecimento da sua identidade de gênero. Pessoas trans são: travestis, transexuais e transgêneros. Para essa parcela da população, as questões de gênero são intrínsecas a vida cotidiana, uma vez que não se identifica com seu sexo biológico ou não se enquadra no conceito binário de feminino e masculino.

Como consequência, nas últimas décadas, esse grupo passou a ajuizar ações perante os tribunais do Brasil, ensejando a alteração do registro civil quanto ao nome e ao sexo, para que haja correta adequação à sua realidade fática. Tal busca pela garantia de direitos através do judiciário evidenciou um período de judicialização da política e dos conflitos sociais, assim como uma estratégia de luta adotada por minorias e grupos vulneráveis.

Esse fato tornou-se relevante para o judiciário brasileiro e motivou decisões controversas ao redor do país. Entretanto, considera-se 2011 um marco progressista na luta por direitos LGBT¹, pois, no ano em referência, foi publicada decisão na qual, ministros do Supremo Tribunal Federal, ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132, reconheceram a união estável para casais do mesmo sexo.

Com a visão progressista trazida pela equiparação do casamento homoafetivo ao casamento heteroafetivo, avançou-se também na discussão de questões relacionadas aos direitos das pessoas trans. Assim, em 2012 foi distribuída ação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que pleiteava retificação do registro civil para troca de prenome e de sexo na certidão de nascimento de um menino transexual, sem que, para tanto, houvesse necessidade da cirurgia de transgenitalização.

Esse pleito tornou-se o Recurso Extraordinário 670.422, de relatoria do ministro Dias Toffoli, em sede de repercussão geral junto ao STF, uma vez reconhecida a relevância da

¹ LGBT é a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

matéria. O processo foi ainda conexo à ADI 4.275, de relatoria do ministro Marco Aurélio², em razão de possuírem o mesmo objeto, conforme será analisado mais detalhadamente em capítulo apartado.

Devido à ausência de legislação específica, o assunto ora comentado baseia-se, essencialmente, em direitos e princípios constitucionais, como se extrai do acórdão³ que reconheceu a relevância da matéria tratada no RE 670.422 supracitado:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E CIVIL. REGISTROS PÚBLICOS. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS. ALTERAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO. RETIFICAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO SEXUAL. UTILIZAÇÃO DO TERMO TRANSEXUAL NO REGISTRO CIVIL. O CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL. DISCUSSÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS DA PERSONALIDADE, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, INTIMIDADE, SAÚDE, ENTRE OUTROS, E A SUA CONVIVÊNCIA COM PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA VERACIDADE DOS REGISTROS PÚBLICOS. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL. Decisão: O Tribunal, por maioria, reputou constitucional a questão, vencido o Ministro Teori Zavascki. O Tribunal, por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Teori Zavascki. (...) Assim, as questões postas apresentam nítida densidade constitucional e extrapolam os interesses subjetivos das partes, pois, além de alcançarem todo o universo das pessoas que buscam adequar sua identidade de sexo à sua identidade de gênero, também repercutem no seio de toda a sociedade, revelando-se de inegável relevância jurídica e social.

Ademais, discutir tal assunto é promover visibilidade à causa, haja vista que, nas palavras da eminente civilista Maria Berenice Dias⁴: “Condenar à invisibilidade é a forma mais perversa de exclusão, pois alija de significativa parcela de cidadãos um dos mais sagrados direitos: o direito à felicidade.”.

² BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Notícias STF**. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalle.asp?idconteudo=341295>>. Acesso em: 03 out. 2017.

³ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 670.422 RG. Relator: Ministro DIAS TOFFOLI. DJ: julgado em 11/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-229 publicado em 21 nov. 2014. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7302788> Acesso em: 07 jul. 2018.

⁴ DIAS, Maria Berenice. **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Para que haja melhor compreensão do tema, é de suma relevância analisar as condições jurídicas e sociais as quais pessoas transexuais estão condicionadas no ordenamento jurídico interno. Pois a transexualidade é entendida a partir de construções sociais e morais que, quando afastadas da ignorância incutida no preconceito, podem garantir o amparo jurídico necessário a esse grupo vulnerável.

Nesse sentido, a título de familiarização com os termos exaustivamente empregados ao longo desse estudo, será traçado um desenvolvimento conceitual partindo da construção social de heterossexualidade. E a obra que norteia tais conceitos é o livro “Hétero: a curta e surpreendente história da heterossexualidade”⁵, da historiadora norte americana Hanne Blank.

Em adição, esta pesquisa não seria viável sem a contribuição das obras de tantas outras autoras e autores, como a escritora, pesquisadora e ativista travesti Helena Vieira; o autor e poeta transgênero Herzer, que escreveu “A queda para o alto”; Yuval Harari, autor de “Sapiens – uma breve história da humanidade”; e também da pesquisadora Ana de Mello Côrtes, com quem partilho o interesse pelo objeto em comento.

Importante ressaltar que esta análise discute a necessidade da cirurgia de transgenitalização como óbice para assegurar a alteração do registro civil, já que a questão está no cerne do objeto em litígio. E porque, no início da controvérsia perante os tribunais brasileiros, houve decisões absurdas, favoráveis à anotação do termo “transexual” junto ao registro dos requerentes, ao passo de conceder-lhes a alteração do assentamento quanto ao sexo.

Contemporaneamente, abandonou-se tal entendimento, diante da elucidação de que a anotação do termo seria invasiva ao princípio da felicidade e faria a pessoa que porta tal documento passar por situações vexatórias e constrangedoras. Ou seja, ao longo dos anos consolidou-se a fundamentação baseada nos direitos fundamentais e princípio da dignidade da pessoa humana.

Diante dessa visão neoconstitucionalista, adentra-se no capítulo sobre atores sociais e seu papel de luta perante um tribunal excludente quanto à participação popular. Inquire-se

⁵ Tradução nossa, sem edição no Brasil. Título original: *Straight: the surprisingly short history of heterosexuality*.

quem são as entidades da sociedade civil habilitadas para participar da ADI 4.275 como *amici curiae* (amigos da corte) junto ao STF, numa estratégia adotada para garantir a presença das pessoas trans nesse processo em que são protagonistas.

Por fim, através de breves comentários à decisão proferida na ADI 4.275, queda-se demonstrar quais os fundamentos constitucionais utilizados pelos ministros da Suprema Corte brasileira para assegurar o direito de alteração do registro civil de nome e de sexo para pessoas trans. Pois desde março de 2018, após o julgamento ora tratado, é possível fazer essa alteração de forma não judicial e desburocratizada, diretamente em cartórios de Registro Civil Público, mediante requerimento administrativo.

II. IDENTIDADE DE GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E TRANSEXUALIDADE

As mudanças nos paradigmas de gênero e orientação sexual, bem como as configurações que delas derivam – incluindo a transexualidade – geram dúvidas exatamente pela inovação apresentada. Portanto, insere-se este capítulo a título de contextualização, para que alguns conceitos sejam explorados e, dessa maneira, entenda-se quem são os sujeitos dentre os atores sociais da ADI 4275 em comento. Aqui, a expressão “pessoa trans” é utilizada como termo guarda-chuva para englobar transgêneros, transexuais e travestis.

O segmento trans, dentre os LGBT, é apontado como o mais vitimado pela discriminação e pelos crimes letais mais cruéis, de acordo com dados do Grupo Gay da Bahia (GGB). Ainda assim, militantes trans apontam a subnotificação desses casos, uma vez que, devido à falta de reconhecimento das identidades trans pelo Estado, as estatísticas muitas vezes mostrarão apenas o gênero designado no nascimento⁶.

Atualmente em nosso país, pessoas trans são alvo de intolerância, discriminação e violência todos os dias. Prova disso reafirma-se na análise do *ranking* mundial de assassinatos de transexuais⁷, do qual o Brasil é país líder. E outro dado alarmante diz respeito à expectativa de vida de pessoas trans no Brasil: apenas 35 anos, metade da média nacional⁸.

De acordo com artigo da pesquisadora, escritora e ativista travesti Helena Vieira, a mensagem que essas estatísticas sobre violência contra a população LGBT passa é clara: se você desobedecer às regras de gênero vai sofrer uma punição física e pode até morrer. É o poder coercitivo de gênero como forma de policiar as pessoas⁹.

⁶ AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2014. p 110.

⁷ ONG TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **TMM annual report 2016**. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/tvt-ps-vol14-2016.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

⁸ BRASIL. SENADO FEDERAL. **Senado notícias**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

⁹ REVISTA GALILEU. **Tudo o que você sabe sobre gênero está errado**. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/revista/noticia/2016/05/tudo-o-que-voce-sabe-sobre-genero-esta-errado.html>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

Todavia, esse capítulo não tem por objetivo associar a transexualidade exclusivamente à violação de direitos que lhe é imposta. Antes, pretende-se trazer à luz reflexões, na tentativa de esclarecer alguns pontos que se encontram na raiz de tal marginalização.

O intuito é uma construção conceitual subjetiva sobre questões relacionadas ao indivíduo transexual, as quais surgem quando se discute, por exemplo, a livre disposição das partes do próprio corpo, a alteração de gênero e a identidade da pessoa.

A transexualidade pode ser conceituada como uma inconformidade entre o sexo biológico e o psíquico de um indivíduo e, como possível consequência, o desejo de adequar o próprio corpo a essas convicções psicossociais (razão pela qual as cirurgias de transgenitalização também são abordadas nesse capítulo). Nas palavras da escritora Helena Vieira¹⁰:

O conceito de transgênero ainda é muito complexo para a maioria das pessoas, que não entendem o que isso tem a ver com identidade. Muitos acreditam que transexuais são apenas pessoas que nasceram no corpo errado, um homem preso no corpo de uma mulher ou vice-versa. Outros acham que para ser considerado transgênero é preciso ter feito cirurgia de mudança de sexo. Quando se fala em transexualidade há uma imensa confusão entre identidade de gênero e orientação sexual. É comum pensar que mulheres trans e travestis são “tão gays que viraram mulher” — o que, obviamente, não é verdade.

Inquire-se, então, sobre quais são os padrões estabelecidos na sociedade quanto à orientação sexual e identidade de gênero, para que os demais indivíduos sejam excluídos dessa normatividade.

II.1. O conceito de heterossexualidade como orientação sexual padrão

A heterossexualidade parte de uma dicotomia já superada, a qual coloca homossexuais em contraposição aos heterossexuais. Hoje se sabe que essa é uma área muito mais complexa, e que existem variadas possibilidades quanto à orientação sexual, como pessoas bissexuais e

¹⁰ REVISTA GALILEU. **Tudo o que você sabe sobre gênero está errado.** Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/revista/noticia/2016/05/tudo-o-que-voce-sabe-sobre-genero-esta-errado.html>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

assexuais, por exemplo. Contudo, para o presente estudo, considera-se válida uma breve análise da heterossexualidade para que se entenda o surgimento de tal conceito.

No dicionário Aurélio¹¹ encontra-se a seguinte definição para a palavra heterossexual: “Relativo à afinidade, atração e/ou comportamento sexuais entre indivíduos de sexo diferente.”. Aqui se observa o caráter comportamental da heterossexualidade, não associado ao biológico. Nesse sentido, a historiadora norte americana Hanne Blank (2012, p. 42, tradução nossa) escreveu:

Interessantemente, a ciência ainda tem que comprovar que a heterossexualidade – ou qualquer sexualidade – exista, de tal forma que seja relevante para a ciência material. Se esse fosse o caso, a heterossexualidade teria que ser demonstrada como tendo uma existência física ou objetiva. Teria que ser quantificável, em gramas [...] ou milímetros. E teria que ser mensurável de alguma forma não dependente de um ser humano [...], ou seja, teria que registrar um peso em uma escala, produzir uma reação química em um tubo de ensaio e assim por diante.

Essa é a natureza da pesquisa que está por trás de muitas das buscas que procuram coisas como “genes gays” ou “hormônios gays”. A teoria é que se uma evidência científica concreta da homossexualidade pudesse ser encontrada, ela forneceria uma base objetiva para a orientação sexual, tornando-a um objeto legítimo para as ciências empíricas.

O mesmo seria verdade para a heterossexualidade. Afinal, para que exista uma categoria pré-determinada como “cérebro gay”, deve existir um cérebro não gay em contraposição. A confirmação da existência de uma categoria teria que, simultaneamente, confirmar a existência da outra. Nenhuma das duas, entretanto, foi confirmada como existente.

Historicamente, a palavra “heterossexual” só surgiu no século XIX, sob o contexto da edição de um novo Código Penal no antigo Reino da Prússia, atual Alemanha, em 1851. À época, o código previa, em seu parágrafo 143, punições severas como trabalho forçado por até cinco anos e perda dos direitos civis para aqueles condenados por “fornicação não natural entre pessoas e animais, bem como entre pessoas do sexo masculino”.

Entre os que se insurgiram contra a injustiça da lei, destacam-se dois: Karl Ulrichs e Karl-Maria Kertbeny, aos quais se atribui o fato de terem cunhado o termo “heterossexual”. Sob essa luz, prossegue Hanne Blank (2012, p. 43, grifo nosso):

Não importa quão formal soe o nome, heterossexualidade não foi, afinal de contas, desenvolvido como um conceito científico ou em conformidade com nenhum princípio científico específico. [...] a ideia de algo como “heterossexual” foi desenvolvida especificamente para uso no meio não científico da lei. **Desde sua**

¹¹ FERREIRA, Aurélio Buarque De Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Nova Fronteira, 2a ed., Rio de Janeiro, 1986, p. 891.

concepção, “heterossexual” era sobre pessoas como entidades, participando de interações sociais e sexuais uns com os outros, em um contexto mais amplo de suas sociedades, nações e código de leis. Não há nada no conceito de heterossexualidade que sugira, ou tenha um dia sugerido, que isso deva ser, por necessidade, uma qualidade física objetiva, com existência física mensurável. Quando “heterossexual” pegou entre os cientistas, foi através da psiquiatria, o ramo da ciência médica para o qual o social é de máxima importância. [...] **“Heterossexual”, cunhado por um leigo que estava apenas tentando articular um protesto contra uma lei injusta, tornou-se “científico” e “médico” porque foi adotado e usado por pessoas que tinham educação científica, não porque fora descoberto ou provado por experimentos e pesquisa.**

Partindo desse princípio, infere-se que o padrão da orientação sexual, baseado na heterossexualidade, nada mais é do que uma construção social, não relacionada com fatores biológicos que possam ser explicados pela ciência, ou biomedicina.

Em consonância com essa linha de pensamento está o autor de “Sapiens: uma breve história da humanidade”, Yuval Noah Harari (2017, p. 54, grifo nosso):

Por exemplo, temos todas as razões para acreditar que um bando de caçadores coletores que viveram há 20 mil anos na região da atual Lisboa teria falado uma língua diferente daquele que viveu onde se situa a cidade do Porto. Um bando pode ter sido beligerante e o outro, pacífico. Talvez o bando de Lisboa fosse comunal, e o do Porto se baseasse em famílias nucleares. [...] Em uma sociedade, relações homossexuais podem ter sido aceitas, ao passo que na outra eram um tabu. [...] Os debates acalorados sobre o “estilo de vida natural” do *Homo sapiens* perdem de vista a questão principal. **Desde a Revolução Cognitiva, não existe um único estilo de vida natural para os sapiens. Há apenas escolhas culturais, dentro de um conjunto assombroso de possibilidades.**

O autor supracitado discorre ainda sobre como sempre houve criações de “mitos coletivos” entre os *sapiens*, os quais eram compartilhados pela sociedade da época até que surgisse um pacto, transformando aquela realidade imaginada em fato verdadeiro, ou regra de convívio social. Harari afirma, portanto, que qualquer fato sem validade objetiva só existe na imaginação fértil da nossa própria espécie. Consequentemente, é possível encontrar variações muito grandes entre o que é coletivamente aceito em diferentes sociedades ao longo da história da humanidade.

É notório que, desde os antigos sapiens caçadores coletores, passando por cidadãos do século XIX revoltados com leis injustas e ainda nos dias de hoje, nunca existiu uma única possibilidade para o comportamento humano e isso apenas reflete-se na orientação sexual também.

II.2. Identidade de gênero e "pessoas trans"

Ao passo que a orientação sexual se relaciona com a afetividade e a atração que as pessoas sentem umas pelas outras, a identidade de gênero envolve outras peculiaridades ainda mais subjetivas, as quais não se vinculam com a orientação sexual.

O gênero costuma ser rapidamente associado à dualidade imposta pelo sexo biológico: masculino e feminino. Daí a divisão entre indivíduos “cisgêneros”, os quais, em linhas gerais, se identificam com seu sexo biológico, e “transgêneros”, que se identificam com o gênero oposto ao designado em seu nascimento. Nas palavras da Clínica UERJ de Direitos¹²:

Transgêneros, travestis e transexuais (ou, simplesmente, "pessoas trans") compõem grupos de indivíduos que rompem com a identificação tradicional entre o que seria o sexo biológico, atribuído no nascimento, e o gênero expressado socialmente. Há, em todas essas hipóteses, identificação subjetiva quanto ao gênero (masculino ou feminino) diversa daquela esperada socialmente a partir da atribuição do sexo, realizada quando do nascimento.

Embora haja distinções entre as denominações de "pessoas trans", se opta por dar maior enfoque às condições jurídicas e sociais desses cidadãos ao passo de tentar estabelecer conceitos questionáveis. Considera-se relevante a ideia de que pessoas trans reivindicam o reconhecimento de sua identidade de gênero. Mesmo que esta não esteja relacionada com seu sexo biológico, seja subjetiva em relação ao gênero, não corresponda às expectativas do que é socialmente esperado e ainda que essas pessoas desejem (ou não) modificar seus órgãos sexuais.

Historicamente, uma das primeiras questões incitadas pela discussão sobre gênero tem a ver com a imposição de outro padrão heterossexual: a procriação. Para Blank (2012, p.45, grifo nosso):

Os primeiros dias do termo “heterossexual” foram também os primeiros dias da ciência sexual. [...] Um vasto corpo do que pode ser descrito como literatura médico-legal e médico-moral começou a aparecer [...]. Tais textos pretendiam ajudar médicos, juristas e outros especialistas a lidar com os “desviados”.
Desses escritos, emergiram dois principais subtextos que refletiram não apenas nos considerados desviados, mas também no grupo que se enquadrava na normalidade sexual: **conformidade com o papel de gênero e conformidade com o princípio da procriação. Dois conceitos adicionais, a noção de orientação sexual e a noção**

¹² Em petição encaminhada ao STF, como um dos Amici Curiae na ADI 4275. Disponível em: <http://uerjdireitos.com.br/wp-content/uploads/2017/03/uerjdireitos_direitos-de-pessoas-trans-adi-4-275.pdf>.

mais subjetiva de identidade sexual, cresceram da necessidade de se determinar o parâmetro.

Atualmente, há outras questões que envolvem a identidade de gênero, mas à época das primeiras indagações sobre o assunto, a questão central era a procriação (ou a ausência dela quando havia algum desvio dos padrões).

Gerar uma criança sempre foi trabalho das mulheres, porque homens não têm útero. Ainda assim, sobre essa verdade universal, todas as sociedades acumularam diversas camadas de ideias e normas culturais que pouco têm a ver com biologia. As sociedades associam masculinidade e feminilidade com uma série de atributos que, em sua maioria, não têm base biológica¹³.

Em termos biológicos, os seres humanos são divididos entre os sexos masculino (indivíduos com um cromossomo X e um Y) e feminino (pessoas com dois cromossomos X). Mas “homem” e “mulher” são classificações sociais, não biológicas, e estão diretamente associadas à crença estabelecida sobre o papel que essas pessoas devem desempenhar, como devem agir e o que devem vestir.

Logo, entender-se uma pessoa trans é um processo que rompe com os padrões pré-concebidos de gênero, uma vez que sua identidade não corresponde ao que normalmente é imposto na definição de “homem” e “mulher”.

Esse processo está muito bem documentado no livro “A queda para o alto” de Herzer. Nascido Sandra Mara Herzer, o autor assumiu a identidade de Anderson “Bigode”, enquanto homem transgênero. Nesse desabafo literário, Herzer conta sua história de vida num misto de biografia e livro de poesias autorais.

A intenção do relato é fazer uma denúncia sobre as condições desumanas vividas por meninas e meninos na extinta casa de detenção para menores do estado de São Paulo, a FEBEM¹⁴, na qual Herzer permaneceu anos de sua vida. Em parte de sua narrativa, ele descreve como passou a observar atos amorosos entre detentas no pátio da FEBEM. Ainda sob a

¹³ HARARI, Yuval Noah. **Sapiens uma breve história da humanidade**. L&PM, 24 ed., Porto Alegre, 2017, p. 464.

¹⁴ Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor.

identidade de Sandra, e por isso preso numa ala feminina, a descoberta de sua orientação sexual e identidade de gênero iniciaram-se por volta dos quatorze anos.

Ele recorda que ficava pensando sobre o jeito como uma das meninas se trajava, “forçando um tipo masculino”, embora tivesse muitos gestos femininos: seu modo de andar, seu corpo. Era uma garota que mais tarde veio a ser conhecida como “um dos machões da unidade” (HERZER, 1982, p. 55).

Um caráter psicológico que parece ser comum entre pessoas transgêneros é a sensação de “ter nascido no corpo errado”. Isso reflete a falta de identificação com o próprio gênero e é retratado por Herzer (1982, p. 56, grifo nosso) no trecho:

Havia diversas iguais a ela, sendo que algumas tinham um tipo mais masculino. Aquilo não me assustou, embora eu não soubesse de tal existência. **De outro lado, sempre desde a minha infância, eu tive jeito de menino, chegando inclusive, numa festa familiar, a ser confundido com um garoto. Dentro de mim tinha um grande desejo de ter nascido homem.**

Portanto, para mim, pelo meu modo de agir, foi uma grande descoberta saber que para se ter uma mulher, para se vestir como um homem, não seria necessário ser um.

Aquilo me cativou desde o início. No entanto, minhas preocupações eram maiores, eu tinha que fugir, viver livre. Aqueles dias me ajudaram a me definir melhor. Eu já tinha meus planos, sabia exatamente como assumir minha personalidade publicamente, era como se eu estivesse desabrochando naquele instante [...].

Contudo, a história de “Bigode” não acaba bem. A realidade de rejeição, preconceito e violências que permeou a vida de Herzer, o levou ao suicídio. O autor era um sensível poeta e compôs, entre tantas outras, uma poesia intitulada “Sedução”¹⁵, a qual se reproduz aqui na tentativa de dar voz aos sentimentos expressados por uma pessoa trans:

E uma dúvida cercava seus próprios desejos,
Um embaraço rompia sua quase decisão
E dois braços lhe apertaram por inteiro
E logo eram quatro, entrelaçados, se amando no chão.
E quatro braços, abraçados puramente
Unindo dois corpos em uma só amor, simplesmente
Unindo desejos até então interrompidos
Unindo e libertando, carinhos indefinidos.
E toda a dúvida se fez em silêncio
E no embaraço, nosso doce laço
Nos seus lábios, o gosto de meu amor menino,
E no seu corpo o ardor do amor mulher
No seu suspiro o encontro marcado pelo destino

¹⁵ HERZER. *A queda para o alto*. Vozes, 3ª ed., Petrópolis, 1982, p. 150.

Em meus olhos fulminantes, o prazer que tanto te quer.
Mas a vida de repente lhe gritou
Você para ela novamente se voltou
E conosco sorrindo, nosso amor se levantou
E o momento tão sozinho, deitado no chão ficou.

Em síntese, pessoas trans se diferenciam das demais pertencentes à sigla LGBT porque se articulam em torno da discriminação que sofrem devido a sua identidade de gênero, ao contrário das demais, discriminadas por sua orientação sexual. Isso faz com que muitos dos objetivos e conquistas do movimento geral não abranjam os interesses dessas pessoas, que frequentemente são também excluídas dos ambientes voltados a essa “comunidade”¹⁶.

II.3. Transexualidade e a cirurgia de transgenitalização no Brasil

Conforme exposto anteriormente, a identidade de gênero é o centro da discussão sobre direitos das pessoas trans. E não foi só até recentemente, em junho de 2018, que a transexualidade deixou de ser considerada uma patologia, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) a retirou do rol de doenças mentais¹⁷.

Todavia, as nuances dessa identidade de gênero não abarcam igualmente transexuais e travestis, uma vez que dentro de cada individualidade haverá diferentes necessidades. Assim, uma pessoa trans pode querer ou não modificar seu corpo para fazê-lo corresponder ao gênero com o qual se identifica.

Caso alguém queira, de fato, passar por uma transição para adequação de gênero é possível procurar assistência médica para realizar tal desejo. Esta intervenção pode consistir apenas na aplicação de hormônios masculinos ou femininos (dependendo do sexo com o qual o indivíduo se identifica), ou então ocasionar uma cirurgia de transgenitalização, na qual haverá alteração dos órgãos sexuais do indivíduo. A esse respeito cabe citar o comentário da civilista Maria Berenice Dias¹⁸:

Psicanalistas norte-americanos consideram a cirurgia de transgenitalização como a forma de buscar a felicidade a um “invertido” [sic] condenado pela anatomia. Segundo

¹⁶ FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio de Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. Perseu Abramo, 2008. p. 157.

¹⁷ NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **OMS lança nova classificação internacional de doenças**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/oms-lanca-nova-classificacao-internacional-de-doencas/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

¹⁸ GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**. Saraiva, vol. I, 5ª ed., Rio de Janeiro, 2006, p. 160.

Edvaldo Souza Couto, o que define e caracteriza a transexualidade é a rejeição do órgão [sexual] original e o consequente estado de insatisfação. A cirurgia apenas “corrige esse defeito” [sic] de alguém ter nascido homem num corpo de mulher ou ter nascido mulher num corpo de homem.

No Brasil, muito embora não haja legislação específica no ordenamento jurídico interno que garanta direitos às pessoas transexuais, há de se reconhecer a Portaria nº 1.707 de 2008 do Ministério da Saúde, que instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde, o chamado “Processo Transexualizador” [sic], o qual foi ainda redefinido e ampliado pela Portaria nº 2.803 de 2013. Tal dispositivo tornou a cirurgia de transgenitalização uma realidade na rede do SUS.

Anteriormente, a garantia da cirurgia em comento também foi amplamente tutelada no acórdão¹⁹ publicado em 2007 pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), sob relatoria do desembargador Roger Raupp Rios:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. TRANSEXUALIDADE. INCLUSÃO NA TABELA SIH-SUS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE TRANSGENITALIZAÇÃO. PRINCÍPIO DA IGUALDADE E PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVO DE SEXO. DISCRIMINAÇÃO POR MOTIVO DE GÊNERO. DIREITOS FUNDAMENTAIS DE LIBERDADE, LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE, PRIVACIDADE E RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA. DIREITO À SAÚDE. FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO. 1 - A exclusão da lista de procedimentos médicos custeados pelo Sistema Único de Saúde das cirurgias de transgenitalização e dos procedimentos complementares, em desfavor de transexuais, configura discriminação proibida constitucionalmente, além de ofender os direitos fundamentais de liberdade, livre desenvolvimento da personalidade, privacidade, proteção à dignidade humana e saúde. 2 - A proibição constitucional de discriminação por motivo de sexo protege heterossexuais, homossexuais, transexuais e travestis, sempre que a sexualidade seja o fator decisivo para a imposição de tratamentos desfavoráveis. 3 - A proibição de discriminação por motivo de sexo compreende, além da proteção contra tratamentos desfavoráveis fundados na distinção biológica entre homens e mulheres, proteção diante de tratamentos desfavoráveis decorrentes do gênero, relativos ao papel social, à imagem e às percepções culturais que se referem à masculinidade e à feminilidade. 4 - O princípio da igualdade impõe a adoção de mesmo tratamento aos destinatários das medidas estatais, a menos que razões suficientes exijam diversidade de tratamento, recaindo o ônus argumentativo sobre o cabimento da diferenciação. Não há justificativa para tratamento desfavorável a transexuais quanto ao custeio pelo SUS das cirurgias de neocolpovulvoplastia e neofaloplastia, pois (a) trata-se de prestações de saúde adequadas e necessárias para o tratamento médico da transexualidade e (b) não se pode justificar uma discriminação sexual (contra transexuais masculinos) com a invocação de outra discriminação sexual (contra transexuais femininos). 5 - O direito fundamental de liberdade, diretamente relacionado com os direitos fundamentais ao livre desenvolvimento da personalidade e de privacidade, concebendo os indivíduos como sujeitos de direito ao invés de objetos de regulação alheia, protege a sexualidade como esfera da vida individual livre da interferência de terceiros, afastando imposições indevidas sobre transexuais, mulheres, homossexuais e travestis. 6 - A norma de direito fundamental que consagra a proteção à dignidade humana requer a

¹⁹ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. AC 2001.71.00.026279-9, TERCEIRA TURMA, Relator ROGER RAUPP RIOS, D.E. 22/08/2007.

consideração do ser humano como um fim em si mesmo, ao invés de meio para a realização de fins e de valores que lhe são externos e impostos por terceiros; são inconstitucionais, portanto, visões de mundo heterônomas, que imponham aos transexuais limites e restrições indevidas, com repercussão no acesso a procedimentos médicos. 7 - A força normativa da Constituição, enquanto princípio de interpretação requer que a concretização dos direitos fundamentais empreste a maior força normativa possível a todos os direitos simultaneamente, pelo que a compreensão do direito à saúde deve ser informada pelo conteúdo dos diversos direitos fundamentais relevantes para o caso. 8 - O direito à saúde é direito fundamental, dotado de eficácia e aplicabilidade imediatas, apto a produzir direitos e deveres nas relações dos poderes públicos entre si e diante dos cidadãos, superada a noção de norma meramente programática, sob pena de esvaziamento do caráter normativo da Constituição. 9 - A doutrina e a jurisprudência constitucionais contemporâneas admitem a eficácia direta da norma constitucional que assegura o direito à saúde, ao menos quando as prestações são de grande importância para seus titulares e inexistente risco de dano financeiro grave, o que inclui o direito à assistência médica vital, que prevalece, em princípio, inclusive quando ponderado em face de outros princípios e bens jurídicos. 10 - A inclusão dos procedimentos médicos relativos à transexualidade, dentre aqueles previstos na Tabela SIH-SUS, configura correção judicial diante de discriminação lesiva aos direitos fundamentais de transexuais, uma vez que tais prestações já estão contempladas pelo sistema público de saúde. 11- Hipótese que configura proteção de direito fundamental à saúde derivado, uma vez que a atuação judicial elimina discriminação indevida que impede o acesso igualitário ao serviço público. 12 - As cirurgias de transgenitalização não configuram ilícito penal, cuidando-se de típicas prestações de saúde, sem caráter mutilador. 13 - As cirurgias de transgenitalização recomendadas para o tratamento da transexualidade não são procedimentos de caráter experimental, conforme atestam Comitês de Ética em Pesquisa Médica e manifestam Resoluções do Conselho Federal de Medicina. 14 - A limitação da reserva do possível não se aplica ao caso, tendo em vista a previsão destes procedimentos na Tabela SIH-SUS vigente e o muito reduzido quantitativo de intervenções requeridas. 14 - Precedentes do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da Corte Europeia de Justiça, do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, da Suprema Corte dos Estados Unidos, da Suprema Corte do Canadá, do Tribunal Constitucional da Colômbia, do Tribunal Constitucional Federal alemão e do Tribunal Constitucional de Portugal. DIREITO PROCESSUAL. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ABRANGÊNCIA NACIONAL DA DECISÃO. 15 - O Ministério Público Federal é parte legítima para a propositura de ação civil pública, seja porque o pedido se fundamenta em direito transindividual (correção de discriminação em tabela de remuneração de procedimentos médicos do Sistema Único de Saúde), seja porque os direitos dos membros do grupo beneficiário têm relevância jurídica, social e institucional. 16 - Cabível a antecipação de tutela, no julgamento do mérito de apelação cível, diante da fundamentação definitiva pela procedência do pedido e da presença do risco de dano irreparável ou de difícil reparação, dado o grande e intenso sofrimento a que estão submetidos transexuais nos casos em que os procedimentos cirúrgicos são necessários, situação que conduz à automutilação e ao suicídio. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. 17 - Conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal e deste Tribunal Regional Federal da 4ª Região, é possível a atribuição de eficácia nacional à decisão proferida em ação civil pública, não se aplicando a limitação do artigo 16 da Lei nº 7.347/85 (redação da Lei nº 9.494/97), em virtude da natureza do direito pleiteado e das graves consequências da restrição espacial para outros bens jurídicos constitucionais. 18 - Apelo provido, com julgamento de procedência do pedido e imposição de multa diária, acaso descumprido o provimento judicial pela Administração Pública. (TRF4, AC 2001.71.00.026279-9, TERCEIRA TURMA, Relator ROGER RAUPP RIOS, D.E. 22/08/2007).

Apesar do caráter nacional e gratuito do benefício da cirurgia de transgenitalização disponível no SUS, o procedimento está longe de ser ideal. Apenas as capitais de quatro estados fornecem essa possibilidade: Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

De acordo com a Portaria nº 859 do Ministério da Saúde, publicada em 2013, a idade mínima para a realização da cirurgia é de dezoito anos, exige-se indicação específica e acompanhamento prévio de dois anos pela equipe de especialistas que acompanha o paciente.

Ademais, pelo SUS ainda não são garantidos os acompanhamentos multidisciplinares antes e após a operação, acompanhamento clínico, nem terapia hormonal com estrógeno ou testosterona.

A falta de recursos necessários também dificulta o acesso. Estima-se que a fila para realizar a cirurgia pelo SUS é de aproximadamente dez anos, pois atualmente só há cinco hospitais devidamente habilitados e que, mesmo assim, carecem de recursos financeiros e hospitalares para realizar um número maior de operações.

Constata-se que, mesmo podendo recorrer ao SUS para realizar a cirurgia, pessoas transexuais encontram diversas dificuldades, tanto com relação ao cumprimento de todos os requisitos, quanto com o fato de poucas unidades realizarem o procedimento, tendo que enfrentar uma fila de espera desproporcional. Além disso, o valor da cirurgia nos setores privados não é razoável e, portanto, intangível para a maioria.

Essa conjuntura é juridicamente relevante, pela discussão no ordenamento brasileiro quanto à alteração do registro civil de pessoas trans. Indaga-se: quem seria contemplado com o direito de alterar seu registro quanto ao nome e ao sexo? Apenas pessoas que passaram pela cirurgia de transgenitalização, ou também aquelas que possuem identidade de gênero incompatível com seu sexo biológico, independentemente da realização de cirurgia e outras intervenções médicas?

O tema foi submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº. 670.422, de relatoria do ministro Dias Toffoli, reconhecida a relevância da matéria em sede de repercussão geral. Nele discutiu-se, à luz dos artigos 1º, IV; 3º; 5º, X, e 6º

da Constituição Federal, “a necessidade de realização de cirurgia de modificação do fenótipo feminino para o masculino, como condição para alteração do assentamento do sexo no registro civil”²⁰, conforme será abordado adiante.

²⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Pesquisa avançada**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciarepercussao/verandamentoprocesso.asp?incidente=4192182&numero processo=670422&classeprocesso=re&numerotema=761>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

III. OS ATORES SOCIAIS NA ADI 4.275

A Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275 e o Recurso Extraordinário 670.422, partilham o mesmo objeto: a alteração do registro civil para pessoas trans quanto ao nome e ao sexo, independente da cirurgia de transgenitalização. Ambas as ações levaram a discussão sobre direitos LGBT, ou mais especificamente, sobre direitos trans, ao Superior Tribunal de Justiça, numa conquista emblemática.

Para que isso fosse possível, houve a mobilização de diversas organizações da sociedade civil, as quais participaram da ADI 4.275 como *amici curiae*, expressão em latim que significa “amigos da corte” (*amicus curiae* no singular). A expressão é utilizada para definir uma ferramenta que tem o propósito de orientar e influenciar decisões dos tribunais, oferecendo-lhes informações quando solicitadas.

Acredita-se que o instituto *amicus curiae* seja relevante para a fundamentação das decisões da suprema corte, tendo em vista que, por vezes, ocorre um distanciamento entre ministros do STF e a realidade no cotidiano da vida civil. Portanto, aqueles diretamente envolvidos com o objeto da ação são habilitados para discursar em plenário e apresentar seu ponto de vista em manifestações juntadas aos autos do processo.

Para a pesquisadora Ana de Mello Côrtes, trata-se de um mecanismo que possibilita às organizações da sociedade civil pleitear a participação em processos já existentes, ou seja, um avanço quanto ao rol do artigo 103 da Constituição Federal, embora seja essencial pontuar e questionar que as entidades permaneçam muitas vezes dependentes das oportunidades jurídicas criadas por outros atores e submetidas a dificuldades de acesso e de admissibilidade²¹.

²¹ CORTÊS, Ana De Mello. **Em busca de diálogo e reconhecimento no STF: a atuação como *amicus curiae* nas causas relativas a pessoas trans**. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Faculdade Getúlio Vargas. Biblioteca Digital FGV, 2018. p 19. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23918/vc%20em%20busca%20de%20di%20c3%a1%20logo%20e%20reconhecimento%20no%20stf%20-%20ana%20de%20mello%20c%20b4rtes.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Essa estratégia é uma forma de atuação que procura estabelecer diálogos com minorias identitárias e garantir maior participação popular, para que as vozes dos protagonistas dessas lutas sejam ouvidas. A esse respeito, prossegue Côrtes²²:

A ideia de transformação social é especialmente importante quando se trata da litigância estratégica promovida por organizações de movimentos sociais na luta pela concretização de direitos humanos. Utilizar o Judiciário e casos paradigmáticos como meio para essa transformação tem um objetivo que ultrapassa o caso concreto e tem como foco o impacto social que o caso pode trazer.

Nesse capítulo, os atores sociais mais emblemáticos serão analisados brevemente e individualmente, na tentativa de identificar a dinâmica desse julgamento na suprema corte brasileira. Entretanto, entende-se de antemão que não há paridade nas relações de poder em uma composição tão heterogênea. Principalmente quando se considera que o direito em tela provém de grupo vulnerável e amplamente marginalizado na sociedade brasileira.

Tal distinção de poder é notória em face dos “agentes credenciados” (segundo o vocábulo constitucional) capazes de propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Nos termos do artigo 103, da Constituição Federal, os legitimados são: o presidente da república, a mesa do senado federal, a mesa da câmara dos deputados, a mesa de assembleia legislativa ou da câmara legislativa do Distrito Federal, o governador de estado ou do Distrito Federal, o procurador-geral da república, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no congresso nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Por “entidade de classe de âmbito nacional” resta esclarecer que a interpretação fica limitada àquelas de caráter profissional ou econômico²³ e é excludente para movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil, os quais se encontram restringidos ao subterfúgio do instituto *amicus curiae* como forma única de participação ativa no STF.

²² CORTÊS, Ana de Mello. **Em busca de diálogo e reconhecimento no STF: a atuação como amicus curiae nas causas relativas a pessoas trans**. 2018, p. 17. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/%20em%20busca%20de%20di%20c3%a1logo%20e%20reconhecimento%20no%20stf%20-%20ana%20de%20mello%20c%20c3%b4rtes.pdf?sequence=1&isallowed=y>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

²³ *Ibidem*. p. 18.

Logo, diante do rol previsto no artigo 103 da CRFB/88, observa-se também que esse instrumento é de uso bastante restrito a órgãos de representação de classe da instância federal e atores da esfera política²⁴. Ou seja, para ter acesso ao instrumento jurídico que reafirma direitos constitucionais eventualmente violados, é necessário interagir com ao menos um desses atores políticos elencados.

Dessa maneira, a interposição da ADI 4.275 ocorreu em 2009, pela então Procuradora Geral da República, Débora Macedo Duprat de Britto Pereira, que pleiteou interpretação do artigo 58 da Lei nº. 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) conforme a Constituição Federal, para reconhecer o direito de pessoas trans à alteração do prenome no registro civil independentemente de cirurgia de transgenitalização.

Junto à petição inicial foram anexadas manifestações da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e da ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais), numa demonstração do que foi acima exposto: houve a articulação entre pessoas trans e um sujeito político, aqui representado pela Procuradoria Geral da República.

Porém, para que se faça jus ao histórico de luta da população LGBT, é impreterível reconhecer que não é de hoje a articulação social e organização política desse grupo. A literatura aponta o grupo “Somos” como pioneiro nesse cunho politizado. Surgido em 1978, era inicialmente formado exclusivamente por homens homossexuais e com foco na afirmação da homossexualidade. Com o passar do tempo, mulheres passaram também a integrar o Somos e houve surgimento de novos grupos, como o Eros e o Libertos²⁵.

Já os grupos voltados especificamente para questões de pessoas trans, com finalidade militante (fundamental para a visibilidade do grupo e de suas pautas), a primeira organização

²⁴ MEDEIROS, Breno Wilson Leite. **As ondas do discurso: um estudo crítico da representação da Ordem Social pelo Supremo Tribunal Federal**. Dissertação de mestrado. Teses USP. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../2015_BrenoWilsonLeiteMedeiros_VOrig.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

²⁵ CORTÊS, Ana de Mello. *Op cit.* p. 23.

de que se tem notícia, foi criada em 1992 em reação à repressão policial contra a prostituição nas ruas: é a Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) ²⁶.

Nesse contexto, inicia-se a exposição individual sobre os principais sujeitos atuantes na ADI 4.275, tanto da esfera política e estatal, como entre os *amicus curiae* habilitados, levando-se em conta que as informações aqui reproduzidas foram retiradas das manifestações dessas entidades anexadas ao processo e dos *sites* dos movimentos sociais em comento, quando disponíveis.

A partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal passou a receber pedidos de ingresso como *amicus curiae*, as seguintes solicitações foram acolhidas: IBDFAM, Grupo Nuances e Grupo Igualdade, GADVS e ABGLT, Grupo Dignidade, CLAM e LIDIS, Conselho Federal de Psicologia e Defensoria Pública da União. CLAM e LIDIS, por sua vez, atuaram em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da UERJ.

III.1. Procuradoria Geral da República

A Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275 foi ajuizada pela Procuradoria Geral da República (entidade estatal), na figura da então recém-empossada Procuradora Geral, Débora Macedo Duprat de Britto Pereira, primeira mulher a ocupar o cargo.

De imediato, foi possível perceber o caráter progressista da nova Procuradora, pois com apenas 22 dias de mandato ela propôs, além da ADI em comento, uma ADPF sobre união civil de pessoas do mesmo sexo e outra sobre a Marcha da Maconha. Também emitiu parecer favorável da PGR ao aborto de feto anencefálico, alterando a posição da instituição²⁷.

Em sua fundamentação na petição inicial da ação, com base no artigo 58 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), encontra-se o argumento de que o nome social adotado por pessoas trans nada mais é do que um apelido público notório e que, por isso, deve haver

²⁶ AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2014. p. 159.

²⁷ DUARTE, Rachel. **Inércia do Legislativo faz de STF indispensável, diz Deborah Duprat**. Sul 21. <<http://www.sul21.com.br/jornal/stf-e-indispensavel-diante-da-inercia-do-legislativo-diz-vice-procuradora-geral-da-republica/>>.

reconhecimento do direito à alteração do registro civil para essas pessoas. E prossegue afirmando que mesmo a alteração por motivo vexatório deveria ser considerada, já que há claro constrangimento entre o nome do documento e a realidade fática de pessoas transexuais e travestis.

A tese sustenta que existe direito fundamental à identidade de gênero, decorrente da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III, Constituição Federal), da igualdade (artigo 5º, caput, Constituição Federal), da vedação a discriminações (artigo 3º, inciso IV, Constituição Federal), da liberdade (artigo 5º, caput, Constituição Federal) e da privacidade (artigo 1º, inciso III, Constituição Federal). Defende-se que a dignidade da pessoa humana só existe se for permitido à pessoa afirmar suas identidades multifacetadas.

Quanto ao pedido, foi solicitado o reconhecimento do direito à alteração do prenome com ou sem realização de cirurgia de transgenitalização, sendo que nesse último caso são propostos novos requisitos para possibilitar a alteração.

Ademais, destaca-se a abertura da Procuradora Debóra Duprat para interação com os movimentos sociais, já que a petição inicial também foi instruída com manifestações de duas entidades que representam pessoas trans: ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e da ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais).

III.2. ABGLT

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) insere-se na ADI 4.275 como *amicus curiae* sob a perspectiva de grupo militante pelos direitos das pessoas trans, porém faz-se presente desde a petição inicial, conforme exposto anteriormente.

Nas palavras da própria ABGLT ²⁸:

²⁸ ABGLT. Quem somos. Disponível em: <<https://www.abglt.org/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) é uma organização brasileira fundada em 31 de janeiro de 1995 com o objetivo e a missão de "promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero."

A ABGLT foi criada por 31 grupos fundadores e é uma rede nacional mais de 300 organizações afiliadas, sendo a maior organização do gênero na América Latina e Caribe.

Em 27 de julho de 2009, a ABGLT recebeu o status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Com tal reconhecimento, a entidade poderá atuar na consultoria a governos, bem como perita técnica perante a ONU, colaborando com seus programas e objetivos.

Assim como a maioria das entidades atuantes nos casos que fazem parte do espaço amostral pode ser considerada militante em suas respectivas áreas de atuação. Estas entidades não estão legitimadas a propor ações no controle concentrado de constitucionalidade. Trata-se de grupos que se organizam para conquistar e garantir direitos por meios diversificados, como atuação no Legislativo, organização de eventos e atuação no Judiciário²⁹.

III.3. Grupo Dignidade

O Grupo Dignidade é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos. Foi fundado em 1992 em Curitiba, sendo pioneiro no Paraná por ser o primeiro grupo organizado no estado a atuar na área da promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (LGBTI+)³⁰.

Habilitou-se como *amicus curiae* também sob a perspectiva de grupo militante pelos direitos das pessoas trans. Destaca-se como primeira entidade desse cunho a receber o título de Utilidade Pública Federal (grifou-se)³¹:

Em seu primeiro estatuto constava entre as finalidades "promover a organização dos grupos homossexuais do Brasil em uma Confederação". Desde o início, foi atuante

²⁹ CORTÊS, Ana de Mello. *Op cit.* p. 47.

³⁰ GRUPO DIGNIDADE. História. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/grupo-dignidade-historia/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

³¹ *Ibidem*.

neste sentido e, junto com outros grupos da época, ficou à frente do processo de formação de entidades LGBTI+ locais e nacionais, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em 1995 e a rede que passaria a ser a Aliança Nacional LGBTI+ em 2009.

Foi a primeira organização LGBTI+ no Brasil a receber o título de Utilidade Pública Federal, por decreto presidencial em 05 de maio de 1997, e sua atuação sempre ocorreu tanto no nível local como no âmbito nacional.

III.4. Defensoria Pública da União

Ao habilitar-se como *amicus curiae* na ADI ora analisada, a Defensoria Pública da União exerce papel de um sujeito estatal em oposição ao próprio Estado, já que é favorável ao pleito das pessoas trans e contrária às decisões proferidas pelo Poder Judiciário em instância inferior. Em sua manifestação³², esclarece:

A matéria posta a julgamento - a possibilidade de retificação, e seus requisitos, do prenome e sexo constantes no registro civil de pessoas transexuais, independentemente da realização da cirurgia de redesignação sexual - está diretamente associada à atuação da Defensoria Pública da União.

É função institucional da Defensoria Pública a promoção, a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico (art. 4º, III, da Lei Complementar 80/94).

Constitui função institucional, também, o exercício da defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado (art. 4º, XI, da Lei Complementar 80/94), bem como a preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação étnica, sexual, de gênero ou religiosa ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas (art. 4º, XVIII, da Lei Complementar 80/94).

Esse posicionamento é coerente com a função que se espera da Defensoria Pública da União, eis que não há dúvida em relação à vulnerabilidade das pessoas trans enquanto grupo social e enquanto vítimas por discriminação de gênero.

³² SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acompanhamento processual ADI 4.275. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadordpub/jsp/consultarprocessoeletronico/consultarprocessoeletronico.jsf?seqobjetoincidente=2691371>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

III.5. GADVS – Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero

Em seu pedido de ingresso³³ como *amicus curiae*, o GADVS, Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero, enquanto uma organização de juristas, defende sua participação no processo pela seguinte argumentação:

Organização não-governamental que tem abrangência nacional e tem entre seus objetivos promover os direitos da população LGBT e enfrentar a homofobia e a transfobia, tem pertinência temática para atuar na qualidade de *amicus curiae* neste processo, na medida em que a promoção dos direitos da população de transexuais, objeto desta ação, encontra-se entre os seus objetivos institucionais.

O grupo, em seu *site*³⁴, estabelece como principal objetivo do grupo: "o ativismo por meio do direito para enfrentar a homofobia e a transfobia e obter a igualdade de direitos para a população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais)".

III.6. Clínica UERJ de Direitos – CLAM – LIDS

A Clínica UERJ Direitos é um núcleo universitário da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que tem por missão a promoção e defesa dos direitos fundamentais no país³⁵:

A atuação da Clínica é voltada à prestação de assessoria jurídica especializada e representação processual de entidades da sociedade civil em litígios estratégicos de interesse público, ações judiciais que tenham potencial de promover transformação social e ampliar a proteção de direitos humanos. As atividades da Clínica incluem também a realização de oficinas, seminários e palestras e a elaboração de estudos e publicações sobre temas relativos a direitos fundamentais.

³³ STF. Acompanhamento processual. **Petição de ingresso como *amicus curiae***. p. 59. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/consultarprocessoeletronico.jsf?seqobjetoincidente=2691371>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

³⁴ GADVS. Missão. Disponível em: <http://www.gadvs.com.br/?page_id=2>. Acesso em: 11 jun. 2018.

³⁵ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ. **Uerj direitos**. Disponível em: <<http://uerjdireitos.com.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Dentre os membros que compõem esse grupo de acadêmicos, destaca-se, em particular, a brilhante atuação do professor constitucionalista Wallace Corbo, que sustentou oralmente em plenário os argumentos trazidos pela Clínica UERJ de Direitos. Foi utilizado, entre outros, o argumento de que as pessoas presentes na Suprema Corte naquela ocasião, não eram consideradas homens e mulheres por estarem nus em plenário, mas pela forma que estavam vestidas e se identificavam, por exemplo.

Quanto ao CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos: foi criado em 2002 como um projeto do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da UERJ. Sua finalidade principal é difundir conhecimentos sobre a sexualidade na ótica dos direitos humanos e contribuir para a erradicação da discriminação contra minorias sociais de gênero e sexuais. O centro se propõe a articular o diálogo entre academia e militância e coordena atividades não só no Brasil como também no Chile, no Peru e na Colômbia³⁶:

Com uma proposta interdisciplinar entre direito, educação, saúde e ciências sociais e a mencionada articulação entre academia e militância, o grupo busca produzir dados e formular documentos sobre sexualidade, a fim de contribuir para a criação de políticas públicas.

E por fim, o LIDIS – Laboratório Integrado em Diversidade Sexual, Políticas e Direitos, que é formado por quatro unidades acadêmicas da UERJ, quais sejam: o Instituto de Psicologia, a Faculdade de Serviço Social, o Instituto de Medicina Social e a Faculdade de Direito.

O LIDIS iniciou suas atividades com o desafio de assessorar a implementação do Programa Rio Sem Homofobia, da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e desde 2010, tem sido parceiro efetivo na elaboração do projeto e implantação dos serviços ligados ao Programa³⁷:

Entre os objetivos do LIDIS podem ser destacados a promoção de estudos, programas de estágio, projetos de extensão e pesquisas relacionados às temáticas concernentes às sexualidades, políticas públicas e direitos humanos; a realização de seminários, congressos, mini-cursos, encontros e colóquios, com o objetivo de socializar os

³⁶ CLAM. Quem somos. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/quem-somos/conteudo.asp?cod=65>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

³⁷ LIDIS UERJ. Sobre o Lidis. Disponível em: <<https://lidisuerj.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

conhecimentos produzidos neste campo; a congregação de professores-pesquisadores, alunos de graduação e de pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu das diversas unidades da UERJ, bem como pesquisadores e docentes externos à Universidade.

III.7. Conselho Federal de Psicologia

A última entidade aqui listada é o Conselho Federal de Psicologia, uma autarquia de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujos objetivos, além de regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício profissional, como previsto na Lei 5766/1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977, deve promover espaços de discussão sobre os grandes temas da Psicologia que levem à qualificação dos serviços profissionais prestados pela categoria à sociedade³⁸.

Em sua petição de ingresso como *amicus curiae*³⁹, o CFP utilizou a seguinte fundamentação para ser devidamente habilitado:

A introdução do instituto do *amicus curiae* teve um propósito muito claro: democratizar o julgamento de processos objetivos, abrindo as portas do Supremo Tribunal Federal para que a sociedade civil, destinatária da decisão, possa trazer argumentos e ressaltar à Corte questões relevantes, de modo a permitir que o julgamento seja abrangente e analise todas as dimensões envolvidas e as consequências que dele podem advir.

A aceitação da manifestação de interessados em processos objetivos traz ínsita a ideia de que a interpretação constitucional deve ser aberta e plural. Esse esforço de democratização do processo de interpretação constitucional é extremamente importante no contexto atual, na medida em que diminui o risco de questionamentos sobre a legitimidade democrática do STF e torna a Corte, efetivamente, um fórum de debate da razão pública.

É nesse contexto que se requer a análise desta petição. O Conselho Federal de Psicologia quer contribuir para a discussão em torno da pretensa inconstitucionalidade em sede penal (não criminalização da homofobia e da transfobia), fornecendo subsídios para que o Supremo Tribunal Federal possa proclamar a decisão que se

³⁸ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Conheça o CFP. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp/conheca-o-cfp/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

³⁹ STF. Acompanhamento processual ADI 4.275. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/consultarprocessoeletronico.jsf?seqobjetoincidente=2691371>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

mostre mais consentânea com o momento histórico que o País atravessa, de afirmação e respeito dos direitos fundamentais em um ambiente democrático.

Informa ainda que, nos termos do que dispõe a Lei 5.766/71, em seu artigo 6º, é função do Conselho Federal, “servir como órgão consultivo em matéria de psicologia”, o que considera uma missão institucional, além da regulamentação da profissão.

IV. A FALTA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA PESSOAS TRANS

O reconhecimento de direitos para pessoas trans ocorre muitas vezes através do Judiciário, por algumas razões. Dentre elas, está o fato de que o Poder Legislativo se omite nesse sentido, como reflexo de um Congresso Nacional em escalada conservadora. Mas esse é apenas um possível aspecto a ser abordado. Em contraposição, deve-se considerar a judicialização da política, fenômeno traduzido como estratégia de luta dos movimentos sociais.

No atual contexto civil-constitucional, que introduz o ser humano como centro do ordenamento, uma das principais temáticas defendidas pelo Estado Democrático de Direito refere-se à garantia dos bens jurídicos fundamentais figurados sob o rol dos direitos humanos, objetivando principalmente, a conquista de direitos mínimos, básicos à vida, à saúde e à liberdade⁴⁰. Nesse sentido, levanta-se uma controvérsia especificamente relevante ao contexto no qual o Brasil está inserido: a vulnerabilidade das pessoas trans.

No Brasil não há lei específica que resguarde os direitos de travestis, transexuais e transgêneros. Esse vazio normativo, por um lado, escancara a invisibilidade imposta às pessoas trans perante o Poder Legislativo. Mais uma vez citando a Clínica UERJ de Direitos⁴¹:

Atualmente, pessoas trans compõem uma das minorias mais estigmatizadas da sociedade brasileira. Os poucos dados que retratam a experiência de vida dessa parcela da população evidenciam sua invisibilidade e as brutais violações de direitos a que são submetidos, deixando patente sua condição de vulnerabilidade e marginalização social.

Herzer (1982, p. 12), também evidenciou tal invisibilidade em sua poesia. Esta intitulada “Minha vida, meu aplauso”:

Fiz de minha vida um enorme palco sem atores para a peça em cartaz
Sem ninguém para aplaudir esse meu pranto que vai pingando e uma poça no palco
se faz
Palco triste é esse meu mundo desabitado
Solitário, me apresento como astro
Astro que chora, ri e se curva a derrota.
E derrotado, muito mais astro me faço.

⁴⁰ SACRAMENTO, Clarissa. **Homologação de sentenças estrangeiras sobre alteração de registro civil de nome e sexo para transexuais no Brasil**. Rio de Janeiro, p. 29, 2017.

⁴¹ Em petição encaminhada ao STF, como um dos Amici Curiae na ADI 4275. Disponível em: <http://uerjdireitos.com.br/wp-content/uploads/2017/03/uerjdireitos_direitos-de-pessoas-trans-adi-4-275.pdf>.

Todo mundo reparou no meu olhar triste, mas todo mundo já estava cansado de ver
isso
E todo mundo se esqueceu de minha estreia, pois todo mundo tinha um outro
compromisso
Mas um dia meu palco escuro continuou e muita gente curiosa veio me ver
Viram no palco um corpo já estendido.
Eram meus fãs que vieram para me ver morrer
Esta noite foi a noite em que virei astro.
A multidão estava lá, atenta como eu queria
Suspirei eterna e vitoriosamente, pois ali o personagem nascia
E eu, ator do mundo com minha solidão morria.

Assim, as pessoas que não se enquadram nos padrões morais, religiosos e sociais de “normalidade” permanecem relegadas à margem da sociedade, mesmo com o advento da CRFB/88, que consagrou valores de igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Diante do exposto, uma interpretação viável indica que a falta de legislação específica para regular os direitos das pessoas trans gera insegurança jurídica, abrindo margem a diferentes entendimentos, dependendo do órgão julgador.

Por outro lado, é possível perceber que esse vazio normativo também se reflete em estratégia de luta dos grupos minoritários. Conforme abordado anteriormente, há uma tendência à judicialização dos conflitos sociais, no que ficou conhecido como ativismo judicial. Ou seja, um recurso político adotado por aqueles a quem foi renegado o direito em primeiro lugar.

A partir da perspectiva de uma sociedade que se desenvolve no contexto de interdisciplinaridade e interdependência⁴², o Judiciário brasileiro muitas vezes exerce a função de harmonizar os demais Poderes, sempre em face ao princípio da dignidade da pessoa humana, à garantia dos direitos individuais, a tutela dos direitos da personalidade e também em respeito aos direitos humanos.

Fato é que, a condição da pessoa trans evidencia importantes questionamentos e reflexões, os quais atingem não só a discussão sobre o conceito de identidade sexual, como também a configuração e efetivação dos três poderes, uma vez que, na omissão do Poder Legislativo, procura-se o Poder Judiciário, como opção disponível na tentativa de sanar tal lesividade.

⁴² SACRAMENTO, Clarissa. *Ob. Cit.*, p. 30.

Como bem observou Cortês⁴³: “Notadamente a relação entre pessoas trans e o direito, no Brasil, não começa como uma busca por direitos por parte do grupo, mas sim como uma forma de repressão ao segmento”.

⁴³ CORTÊS, Ana de Mello. *Op cit.* p. 33.

V. ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL PARA PESSOAS TRANS NO BRASIL

O registro civil refere-se ao assentamento dos fatos da vida de uma pessoa natural, tais como: nascimento, casamento e óbito. Nele também estão englobadas as tutelas, adoções, nacionalidade e todos os fatos que modificam diretamente as relações jurídicas entre pessoas.

É indiscutível a suprema relevância do nome na vida social, configurando-se como muito mais do que uma denominação. O nome é parte intrínseca da personalidade, como tratado no Capítulo II do Código Civil de 2002.

Toda pessoa tem direito ao nome, composto pelo prenome e o sobrenome. A proteção visada pelo Código Civil evidencia o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sendo de suma importância para evitar quaisquer tipos de abuso ou constrangimentos que exponham ao ridículo o seu portador.

A alteração do registro civil para pessoas trans no Brasil tem por objeto o artigo 58 da Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos – LRP), que assim dispõe:

Art. 58, LRP – O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

Como explicou a Procuradora Deborah Duprat⁴⁴, observa-se a necessidade de interpretar o dispositivo à luz da Constituição Federal, para que seja reconhecido o direito das pessoas trans quanto à substituição de prenome e sexo no registro civil e, assim, estes reflitam sua identidade de gênero, independentemente de submeterem-se a cirurgia de transgenitalização:

Sintetizando o que foi exposto ao longo desta petição inicial, pode-se dizer que:

- a) o não reconhecimento do direito dos transexuais à troca de prenome e sexo, correspondente à sua identidade de gênero, importa em lesão a preceitos fundamentais da Constituição, notadamente aos princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), da vedação à discriminação odiosa (art. 3º,

⁴⁴ STF. Acompanhamento processual ADI 4.275. **Petição inicial**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verpdfpaginado.asp?id=400211>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

inciso IV), da igualdade (art. 5º, *caput*), da liberdade e da privacidade (art. 5º, *caput* e inciso X);

- b) é cabível uma interpretação em conformidade com a Constituição do art. 58 da Lei 6015/73, de modo a ser compreendido o **nome social** dos transexuais como apelidos públicos notórios, acarretando, em consequência, mudança do registro relativo ao sexo.

É indubitável também a importância do registro civil das pessoas enquanto sujeitos sociais. Isso se espelha na existência dos cidadãos, indicando ao mundo seu nome, filiação, estado civil, se sofre alguma espécie de interdição, dentre outros, repercutindo nas relações pessoais, profissionais, familiares e com terceiros.

Considera-se sua relevância não só para os cidadãos, como para os governos, na medida em que figuram como principal referência estatística do Estado e servem de base na definição de estratégias e políticas a serem adotadas. Uma vez que os dados sejam incompatíveis com a realidade factual de pessoas trans, os dados restam dúbios.

Devido ao desamparo legal imposto às pessoas trans, ressalta-se a medida paliativa trazida pelo advento do Decreto Presidencial nº 8.727 de 28 de abril de 2016, o qual dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ainda que direcionado para funcionários públicos federais, o decreto da então presidente Dilma Rousseff repercutiu como balize de conduta a ser seguida. Assim, outras instituições como a OAB, por exemplo, adotaram o nome social para advogadas e advogados inscritos em seus quadros naquele mesmo ano.

O problema residia no fato de que, mesmo com a possibilidade de fazer uso do nome social em seu local de trabalho, os registros civis seguiam incompatíveis com a realidade psico-social das pessoas trans, reforçando mais uma vez, seu caráter paliativo.

Foi somente em função da ADI 4.275, ajuizada em 2009 e com decisão proferida em 2018, e mediante esforços das mobilizações sociais, que foi finalmente possível garantir a alteração pleiteada há tantos anos.

Paralelamente, o Recurso Extraordinário 670.422 foi interposto após uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ser provida em parte (permitindo a um menino trans alterar o nome com averbação na certidão de nascimento, mas não o sexo), com embargos de declaração rejeitados.

O jovem trans interessado, ao interpor o recurso, alegou violação dos artigos 1º, inciso III; 3º; 5º, inciso X e 6º, caput, da Constituição Federal e repercussão geral da matéria, uma vez que se discute a necessidade de realizar cirurgia de transgenitalização como condição para alterar o registro civil.

O Recorrente destacou que a esfera de todo o grupo de transexuais que buscam adequar o registro a sua identidade de gênero, sem a realização de procedimentos cirúrgicos, seria afetada pela decisão, de forma que se buscava um precedente histórico de repercussão não só jurídica como também social.

No dia 12 de setembro de 2014, o Supremo Tribunal Federal, por maioria, reputou constitucional a questão, vencido o Ministro Teori Zavascki, e reconheceu a existência de repercussão geral da questão suscitada.

Para melhor compreensão da importância da repercussão geral nesse caso, explica-se: introduzida pela Emenda Constitucional nº. 45/2004, a repercussão geral passou a ser um requisito para a admissão de recursos extraordinários. Trata-se de uma espécie de filtro recursal que também possibilita julgamentos por amostragem, o que significa que as instâncias inferiores devem reproduzir o entendimento da corte ao julgar casos idênticos ao caso paradigmático⁴⁵.

Adiante, o julgamento do RE 670.422 foi interrompido após relatório e sustentações orais no sentido de que, devido à semelhança de tema, houvesse conexão de causas e, dessa forma, o RE fosse julgado junto à ADI 4.275.

⁴⁵ SOUZA, Carlos Ari Sundfeld E Rodrigo Pagani De. Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP). Relatório final da pesquisa: **Repercussão geral e o sistema brasileiro de precedentes**. Série Pensando o Direito da SAL-MJ, 2010. p 7.

Após algumas outras sessões de julgamento, nas quais houve leitura de relatórios e sustentações orais, no início de julho de 2016, ocorreu juntada de um parecer do então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, posicionando-se a favor da alteração do registro civil para pessoas trans, independente da cirurgia de transgenitalização. Janot concordou com o pedido da ação e argumentou que exigir a mudança cirúrgica de sexo "viola o direito à saúde e à liberdade, e impossibilita que seja retratada a real identidade de gênero da pessoa trans, que é verificável por outros fatores, além do biológico" ⁴⁶.

Em 22/11/2017, nova data marcada para o julgamento, não houve quórum para julgar a ADI, de forma que se iniciou o julgamento do RE 670.422, o qual foi interrompido, com cinco votos favoráveis, pelo pedido de vista do relator da ADI 4.275, ministro Marco Aurélio Mello. O julgamento voltou a ser remarcado para 22/02/2018, mas foi mais uma vez adiado para a semana seguinte e ocorreu, finalmente, nos dias 28/02/2018 e 01/03/2018.

A decisão por unanimidade reconheceu não ser necessária a cirurgia de transgenitalização para alteração do registro civil e, por uma maioria de 9 a 1 (vencido apenas o Ministro Marco Aurélio), reconheceu que não devem ser exigidos requisitos “patologizantes”. Ainda, por uma maioria de 8 a 2 (vencidos os ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski) utilizou-se o termo “transgêneros” a fim de estender os direitos a todas as identidades trans. E finalmente, por uma maioria de 6 a 4 (vencidos os ministros Marco Aurélio, Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes) admitiu-se a possibilidade de que a alteração seja feita por via administrativa, diretamente no cartório. O assunto será retomado a seguir.

V.1. Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

O tema em comento foi julgado em Recurso Especial pela primeira vez em 2007, tendo como relator o ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Naquele caso, a 3ª Turma do STJ, seguindo o voto do relator, entendeu pela alteração do registro, mas determinou que era necessária a averbação, no registro civil da pessoa trans, que a modificação decorreu de decisão judicial. Foi o Recurso Especial nº 678.933/RS:

⁴⁶ JANOT é contra exigência de cirurgia para alterar gênero em registro civil. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/janot-e-contra-exigencia-de-cirurgia-para-alterar-genero-em-registro-civil.html>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

MUDANÇA DE SEXO. AVERBAÇÃO NO REGISTRO CIVIL

1. O recorrido quis seguir o seu destino, e agente de sua vontade livre procurou alterar no seu registro civil a sua opção, cercada do necessário acompanhamento médico e de intervenção que lhe provocou a alteração da natureza gerada. Há uma modificação de fato de que se não pode comparar com qualquer outra circunstância que não tenha a mesma origem. O reconhecimento se deu necessidade de ferimento do corpo, a tanto, como se sabe, equivale o ato cirúrgico, para que seu caminho ficasse adequado ao seu pensar e permitisse que seu rumo fosse aquele que seu ato voluntário revelou para o mundo no convívio social. Esconder a vontade de quem a manifestou livremente é que seria preconceito, discriminação, opróbrio, desonra, indignidade com aquele que escolheu o seu caminhar no trânsito fugaz da vida e na permanente luz do espírito. 2. Recurso especial conhecido e provido.”.⁴⁷

Segundo o relator, não se poderia omitir no registro que a alteração se deu por decisão judicial requerida pela vontade do requerente e que foi necessária intervenção cirúrgica, sob pena de configurar agressão à verdade que ele preserva.

Em outubro de 2009, a turma supracitada voltou a discutir o tema e, pela primeira vez, garantiu a troca do nome e sexo no registro civil de pessoa trans, sem averbação de observação no documento, devendo constar apenas nos livros cartorários.

A ministra Nancy Andrigli foi a relatora do recurso, defendendo que a averbação na certidão configuraria a exposição da pessoa a situações constrangedoras e discriminatórias. Voto no Recurso Especial nº 100.8398/SP⁴⁸:

“Direito Civil. Recurso especial. Transexual submetido à cirurgia de redesignação sexual. Alteração de prenome e designativo de sexo. Princípio da dignidade da pessoa humana. –*Sob a perspectiva dos princípios da Bioética – de beneficência, autonomia e justiça -, a dignidade da pessoa humana deve ser resguardada, em um âmbito de tolerância, para que a mitigação do sofrimento humano possa ser o sustentáculo de decisões judiciais, no sentido de salvaguardar o bem supremo e foco principal do Direito: o ser humano em sua integridade física, psicológica, socioambiental e ético-espiritual. – a afirmação da identidade sexual, compreendida pela identidade humana, encerra a realização da dignidade, no que tange à possibilidade de expressar todos os atributos e características do gênero imanente a cada pessoa. Para o transexual, ter uma vida digna importa em ver reconhecida a sua identidade sexual, sob a ótica psicossocial, a refletir a verdade real por ele vivenciada e que se reflète na sociedade[...].* Recurso Especial provido.”.

⁴⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 678.933 – RS (2004/0098083-5)**, Relator: Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Data de Julgamento: 22/03/2007. Data de Publicação: DJ: 21/05/2007.

⁴⁸ _____. **REsp 1008398 – SP (2007/0273360-5)**, Relatora: Ministra NANCY ANDRIGUI, Data de Julgamento: 15/10/2009. TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ: 18/11/2009.

Segundo a relatora ⁴⁹:

“Se o Estado está de acordo com a possibilidade da ocorrência da cirurgia de transgenitalização, também deve ser responsável por oferecer os meios necessários para que o indivíduo tenha vida digna e, assim, seja identificado jurídica e civilmente tal como se apresenta perante a sociedade”.

Tal entendimento foi adotado também pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, sob relatoria de recurso, o ministro João Otávio de Noronha. Destacou que a Lei de Registros Públicos prevê a possibilidade de alteração do prenome quando expuser seu titular ao ridículo. Ressaltou ainda que a decisão deva se basear nos valores que melhor se adéquem ao ordenamento jurídico, como a dignidade da pessoa humana. Foi o Recurso Especial nº 737.993/MG⁵⁰:

REGISTRO PÚBLICO. MUDANÇA DE SEXO. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SUMULA N. 211/STJ. REGISTRO CIVL. ALTERAÇÃO DE PRENOME E DO SEXO. DECISÃO JUDICIAL. AVERBAÇÃO. LIVRO CARTORÁRIO. 1 Refoge da competência outorgada ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, em sede de recurso especial, a interpretação de normas e princípios de natureza constitucional. 2 Aplica-se a óbice previsto na Súmula n. 211/STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte *a quo*. 3. O acesso à via excepcional, nos casos em que o tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não realiza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 545 do CPC. 4. A interpretação conjugada dos arts. 55 e 58 da Lei n. 6.015/73 confere amparo legal para que o transexual operado obtenha autorização judicial para a alteração de seu prenome, substituindo-o por apelido público e notório pelo qual é conhecido no meio em que vive. 5. Não entender juridicamente possível o pedido formulado na exordial significa postergar o exercício do direito à identidade pessoal subtrair do indivíduo a prerrogativa de adequar o registro do sexo à sua nova condição física, impedindo, assim, a sua integração na sociedade. 6. No livro cartorário, deve ficar averbado, à margem do registro do prenome e de sexo, que as modificações procedidas decorreram de decisão judicial. 7. Recurso especial conhecido em parte e provido.”.

Por fim, a 4ª Turma, em abril de 2017, sob relatoria do ministro Luis Felipe Salomão, em decisão inédita, decidiu pela alteração do registro civil de nome e de sexo para transexuais que não realizaram a cirurgia de transgenitalização.

⁴⁹ _____. **REsp 1008398 – SP (2007/0273360-5)**, Relatora: Ministra NANCY ANDRIGUI, Data de Julgamento: 15/10/2009. TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ: 18/11/2009.

⁵⁰ _____. **REsp nº 737.993 – MG (2005/0048606-4)**, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 10/11/2009. QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ: 18/12/2009.

No entendimento do relator, a identidade de gênero diz respeito ao conceito de pertencimento de cada indivíduo, não importando sua constituição física ou genética. Recurso Especial nº 162.6739/RS, segredo de justiça. Nas palavras de Luis Felipe Salomão:

“Vemos hoje a necessidade da superação de preconceitos e estereótipos de gênero, bem como a importância do exercício da alteridade, notadamente em razão do contexto atual: uma sociedade que adota um sistema binário de gênero e que marginaliza e estigmatiza indivíduos fora do padrão heteronormativo.”⁵¹

Nesse sentido, pode-se afirmar que o STJ, mesmo antes da conquista trazida pela decisão favorável da ADI 4.275 junto ao STF, priorizou a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, dos direitos humanos e do direito à felicidade, no sentido de dar provimento aos pedidos de alteração de registro civil de nome e sexo, sem constar observações nas certidões, respeitando a intimidade e privacidade dos requerentes.

V.2. Posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF)

O Supremo Tribunal Federal analisou, durante dois anos, o Recurso Extraordinário 670.422, de relatoria do ministro Dias Toffoli, que ganhou repercussão geral e foi conexo a ADI 4.75, de relatoria do ministro Marco Aurélio, por partilharem o mesmo objeto.

O RE em questão envolve S.T.C. (nome mantido em sigilo por se tratar de pessoa menor de idade) que foi registrado como mulher no momento do nascimento. Ele recorreu ao Poder Judiciário, em 2012, para alterar prenome e gênero em seu registro civil, conseguindo em primeira instância, autorização para mudar apenas o nome.

Em grau recursal, a 8ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, indeferiu, por maioria absoluta, a alteração do sexo do requerente em seu registro civil devido à ausência da cirurgia de transgenitalização e, ainda, determinou a anotação do termo “transexual” no seu registro de nascimento.

⁵¹ _____. **REsp 1626739 - RS (2016/0245586-9)**, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 09/05/2017. QUARTA TURMA.

Por esse motivo, foi interposto o Recurso Extraordinário que levou o litígio ao STF. O caso ainda aguarda decisão, muito embora cinco ministros tenham proferido votos favoráveis ao pleito do autor até o momento do fechamento desse estudo.

Quanto a ADI 4275, ajuizada em 2009, o Supremo Tribunal Federal entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização do procedimento cirúrgico de transgenitalização. O julgamento chegou ao fim no dia 1º de março de 2018, após nove anos de tramitação, quando todos os ministros da Suprema Corte reconheceram o direito pleiteado, e a maioria entendeu que, para a alteração, não é necessária autorização judicial. Votaram nesse sentido os ministros Edson Fachin, Luiz Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Celso de Mello e a presidente da Corte, Cármen Lúcia. Ficaram vencidos, nesse ponto, o ministro Marco Aurélio (relator), que considerou necessário procedimento de jurisdição voluntária (em que não há litígio) e, em menor entendimento, os ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, que exigiram autorização judicial para a alteração.

Essa é uma decisão com diferentes camadas de garantias de direitos e, por isso, tão emblemática. Se por um lado foi reconhecida a expressão “pessoa trans”, ampliando o acesso ao direito de alteração do registro àquelas que não se submeteram a uma cirurgia de transgenitalização, houve ao mesmo tempo, desburocratização do trâmite para que o ato ocorra. Após anos de demandas judiciais, agora é possível alterar o prenome e o gênero do assentamento de forma administrativa, junto à cartórios de registro civil.

Ou seja, desde março de 2018 no Brasil, pessoas trans podem alterar seu registro civil quanto ao nome e ao sexo, apenas ao encaminhar-se a um cartório e fazer o requerimento no balcão. Essa conquista é histórica para a população trans, tão calejada pela luta de garantia e reconhecimento de direitos.

V.3. Votos dos Ministros do STF na ADI 4.275

Para prosseguir a análise e aprofundar a discussão sobre os argumentos jurídicos utilizados nessa decisão emblemática, serão tecidos comentários aos votos dos ministros do STF, haja vista o acórdão ainda não ter sido lavrado até a data final dessa pesquisa.

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e, em menor extensão, os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º.3.2018⁵².

Analisa-se nessa etapa, as nuances de entendimento dos Ministros da Suprema Corte, pois a única unanimidade entre os votos foi pelo reconhecimento do direito à alteração do registro civil, independentemente da cirurgia de transgenitalização. Como isso se daria e quem poderia ter acesso a essa tutela são questões divergentes.

As informações aqui expostas foram colhidas junto ao *site* do próprio STF, em acompanhamento processual⁵³ da ADI 4.275. Houve acesso à íntegra dos votos, quando disponíveis dentro do lapso temporal dessa pesquisa.

Para início, o ministro relator, Marco Aurélio, fundamentou seu voto sendo favorável a interpretação do art. 58 da Lei 6.015/73 à luz da Constituição Federal/88, defendendo amplamente os direitos fundamentais das pessoas trans, conforme trecho do voto⁵⁴ aqui reproduzido:

Surge relevante a autonomia da vontade, na vivência desimpedida do autodescobrimento, condição de plenitude do ser humano. É dever do Poder Público, no Estado Democrático de Direito, promover a convivência pacífica com o outro, na seara do pluralismo, sem admitir o crivo da maioria sobre escolhas exclusivamente morais, sobretudo quando decorrem de inafastáveis circunstâncias próprias à constituição somática da pessoa. Cabe

⁵² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Acompanhamento processual ADI 4275**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2691371>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI 4275 voto Ministro Marco Aurélio**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4.275VotoMMA.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

a cada qual trilhar a respectiva jornada, arcando com a responsabilidade imposta pela própria consciência, na busca pelos objetivos que se propôs a cumprir. Consectário lógico desse raciocínio é a autorização da mudança no registro civil, independentemente da cirurgia de transgenitalização. Observem a organicidade do Direito. A alteração no assentamento decorre da dignidade da pessoa humana, presente incompatibilidade da morfologia sexual com a identidade de gênero. Legitima-se a modificação para permitir que a pessoa possa viver plenamente em sociedade, tal como se percebe. Como se vê, os fundamentos para autorização da mudança do registro civil pressupõem não a submissão a procedimento cirúrgico, o qual altera apenas o aspecto anatômico, mas, sim, a condição de transexual. A disforia e o sofrimento dela decorrentes justificam a troca do prenome, com ou sem cirurgia.

Entretanto, o ministro relator foi vencido pelos demais em seu voto, quando alega que, mesmo não havendo necessidade da cirurgia de transgenitalização, critérios médicos pré-estabelecidos devem ser seguidos para criar um parâmetro sobre a comprovação do *status* “pessoa trans”. Ou seja, condicionou-se a alteração do registro a alguns requisitos:

Contudo, a modificação do registro civil constitui situação excepcional no ordenamento jurídico. O critério morfológico, embora carente de mitigação, ainda é parâmetro relevante para a identificação de cidadãos. Nos casos em que não realizada a cirurgia de transgenitalização, a alteração do assentamento deve ser precedida da verificação de critérios técnicos aptos a comprovar a transexualidade. Mostra-se adequado observar o que preconizado na Resolução nº 1.955, de 3 de setembro de 2010, do Conselho Federal de Medicina.

A alteração do assentamento de pessoa não submetida à transgenitalização deve ser condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos: (i) idade mínima de 21 anos – cumpre esclarecer, neste ponto, não estar em jogo a maioridade civil, alcançada, nos termos do Código Civil de 2002, aos 18 anos, mas, sim, a maturidade adequada para a tomada de decisão; e (ii) diagnóstico médico de transexualismo, consoante os critérios do artigo 3º da Resolução nº 1.955/2010, do Conselho Federal de Medicina, por equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto. Vale notar que esses pressupostos devem ser aferidos em procedimento de jurisdição voluntária, com a participação do Ministério Público, observados os artigos 98 e 99 da Lei nº 6.015/1973.

O ministro Ricardo Lewandowski concordou com o posicionamento do relator, ministro Marco Aurélio. Ele considerou que deve ser exigida a manifestação do Poder Judiciário para fazer alteração nos assentos cartorários. De acordo com seu voto, cabe ao julgador, “à luz do caso concreto e vedada qualquer forma de abordagem patologizante da questão”, verificar se estão preenchidos os requisitos da mudança, valendo-se, por exemplo, de depoimentos de testemunhas que conheçam a pessoa e possam falar sobre a auto identificação ou, ainda, declarações de psicólogos e médicos⁵⁵.

Em contraposição a isso, está o ministro Edson Fachin, o qual posicionou-se favorável a procedência do pedido autoral em sua totalidade⁵⁶, inclusive tutelando a alteração desburocratizada diretamente em cartório de registro civil, nos seguintes termos:

1.1. Premissas Primeira: O direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero. Segunda: A identidade de gênero é manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la. Terceira: A pessoa não deve provar o que é e o Estado não deve condicionar a expressão da identidade a qualquer tipo de modelo, ainda que meramente procedimental. 1.2. Base constitucional: o direito à dignidade (art. 1º, III, da CRFB), o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem (art. 5º, X, da CRFB); e base convencional (art. 5º, § 2º, da CRFB): o direito ao nome (artigo 18 do Pacto de São José da Costa Rica); o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica (artigo 3 do Pacto); o direito à liberdade pessoal (artigo 7.1 do Pacto); e o direito à honra e à dignidade (artigo 11.2 do Pacto). 1.3. Base doutrinária. O voto se assenta no pensamento dos diversos autores nele citados; mencionam-se aqui especialmente os seguintes Luiz Edson Fachin e Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk em “Princípio da Dignidade Humana (no Direito Civil)”; Carlos Santiago Nino em “Ética y Derechos Humanos”; Stéfano Rodotà; e Álvaro Ricardo de Souza Cruz em “(O) Outro (e) (o) Direito”. 1.4. Base em precedentes. o voto se estriba em precedentes que formam jurisprudência deste Tribunal e, especialmente, da Corte Interamericana de Direitos Humanos; especificamente citam-se os seguintes: o RE 670.422, Rel. Ministro Dias Toffoli; a ADPF 54, Rel. Ministro Marco Aurélio; Opinião Consultiva 24/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre Identidade de Gênero e Igualdade e Não-Discriminação. 1.5. **Conclusão do voto:**

⁵⁵ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Notícias STF. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

⁵⁶ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI 4.275 voto ministro Edson Fachin. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adi4.275votoef.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

julgo procedente a presente ação direta para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros, que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil.

O ministro Gilmar Mendes se aliou ao voto do ministro Alexandre de Moraes para reconhecer os direitos dos transgêneros de alterarem o registro civil desde que haja ordem judicial e que essa alteração seja averbada à margem no seu assentamento de nascimento, resguardado o sigilo quanto à modificação⁵⁷.

Por fim, o último voto ora analisado é o da presidente do Supremo, ministra Carmen Lúcia, a qual considerou que o julgamento “marca mais um passo na caminhada pela efetivação material do princípio da igualdade, no sentido da não discriminação e do não preconceito”⁵⁸. Ela fundamentou seu voto no direito à honra, à imagem, à vida privada e nos princípios constitucionais da igualdade material, da liberdade, da dignidade e no direito de ser diferente.

A ministra julgou procedente a ação para garantir direitos fundamentais, a fim de reconhecer aos transgêneros o direito à alteração de nome e gênero no assento de registro civil, independentemente da cirurgia, em voto coerente com o posicionamento do ministro Edson Fachin, os quais compuseram a maioria nesse entendimento.

⁵⁷ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Notícias STF. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso em: 21 jun. 2018

⁵⁸ *Ibidem*.

VI. CONCLUSÃO

A partir de todos os fatos e fundamentos analisados e expostos entende-se que, em primeiro plano, restam demonstradas as subjetividades referentes à identidade de gênero, fator determinante na compreensão de pessoas trans.

Afirma-se reiteradamente nessa monografia, existir a imposição social de um padrão a ser seguido, ao passo que os seres humanos são múltiplos em suas formas de expressão, sejam estas sexuais ou identitárias. Portanto considera-se natural que existam diferentes padrões de comportamento na sociedade e defende-se a liberdade e garantia de direito para todas e todos, independentemente da sua orientação sexual e identidade de gênero.

Buscou-se trazer informação e dados concretos, juntamente com definições mais subjetivas quando necessário, sempre na tentativa de mitigar os preconceitos que permeiam a vida de transexuais, transgêneros e travestis no Brasil. A intenção é que restasse claro o nexo causal dessa conceituação com o objeto abordado, eis que a contextualização do cenário social e jurídico das pessoas trans é de fundamental relevância para o tema. Pois, ao entender quão marginalizadas estão essas pessoas em função de sua identidade de gênero, é possível iniciar as demais discussões que permeiam a controvérsia.

Em um segundo momento, no que tange a cirurgia de transgenitalização para transexuais no Brasil, conclui-se que há ainda um longo trajeto a ser percorrido para que haja atendimento seguro e não burocrático àqueles para quem a cirurgia foi idealizada. Muito embora o SUS ofereça gratuitamente o serviço, há uma distância considerável entre a lei e sua efetividade na vida prática. Enquanto isso ocorrer, a cirurgia de transgenitalização (que deveria ser algo favorável às pessoas trans) oferece mais um possível empecilho na busca da efetivação de direitos.

O que nos leva a outra conclusão: enquanto invisíveis para o Poder Legislativo, pessoas trans adotam diversas estratégias de luta para vencer os diferentes tipos de violação, seja essa física, psicológica ou de direitos fundamentais. No que tange a alteração do registro civil, essa omissão teve como consequência a sobrecarga do Poder Judiciário, que presenciou o crescente ajuizamento de demandas no sentido de alterar o assentamento civil de nome e sexo.

Mas ao menos nesse sentido, há progresso: tais demandas podem agora ser mais facilmente resolvidas, pois com a decisão histórica proferida na sessão de julgamento da ADI 4.275 no STF, há previsibilidade para alteração diretamente em cartório de registro civil, mediante via administrativa.

Essa é uma vitória bastante ampla, que envolve a garantia de direitos fundamentais às pessoas trans e, simultaneamente, o reconhecimento dos esforços movidos pelos atores sociais da ADI, os quais obtiveram como resultado o estabelecimento de um canal de comunicação com o STF e maior participação popular através do instituto *amici curiae*.

O *amicus curiae* se mostrou um mecanismo valioso dentro da estratégia dos movimentos sociais pela garantia de direitos, já que o acesso ao judiciário lhes é tão limitado. Esse ponto da pesquisa demonstrou como o Poder Judiciário, muitas vezes, priva os sujeitos que protagonizam suas próprias lutas, não podendo representá-las juridicamente de maneira apropriada.

Essa exclusão é demonstrada também na breve análise sobre os entendimentos de julgados do STJ e do STF, numa tentativa de esboçar o desenvolvimento histórico das demandas pela alteração de registro civil para pessoas transexuais no Brasil nos tribunais superiores.

Ao menos há um sopro de vitalidade no assunto quando abordado sob a perspectiva do julgamento da ADI 4.275, no qual foram reafirmados princípios constitucionais que buscam garantir direitos fundamentais, em diferentes votos dos ministros da suprema corte. Falou-se em dignidade da pessoa humana, direito de auto determinação e direito à privacidade, à honra e à imagem.

Mesmo sendo muito recente a primeira decisão que entende pela alteração do nome e do sexo para uma pessoa transexual que não realizou a cirurgia de transgenitalização, a análise deste caso procurou comprovar o avanço que ela representa. Apesar de ser somente uma decisão diante de vários requerimentos, seu caráter vinculante (devido ao reconhecimento da repercussão geral), amplia de forma eficaz o acesso ao direito litigado e agora garantido.

As pessoas trans em posição vulnerável em função de seu próprio nome, e que antes precisavam comprovar sua condição através de laudos médicos, psicológicos e testemunhais, agora podem optar pela alteração de forma mais espontânea e desburocratizada.

Em resumo, destacam-se três principais conclusões à problematização elaborada: a necessidade da disseminação de informação sobre identidade de gênero, como forma de combate à ignorância e suas consequências discriminatórias para com a população trans brasileira; a conquista histórica da desburocratização no procedimento para alteração do registro civil no assento de nome e sexo, numa nova abordagem através de requerimento cartorário; e, finalmente, a importância dos atores sociais mobilizados e organizados politicamente para lutar por direitos em face de um judiciário excludente e de difícil acesso às camadas populares.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2014. p 110.

ARNEY, Lance; FERNANDES, Marisa; GREEN, James N. **Homossexualidade no Brasil – Uma bibliografia anotada**. 317 Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003.

BLANK, Hanne. **Straight: The surprisingly short history of heterosexuality**. Beacon Press, Boston, 2012, p. 228.

BRASIL. Senado Federal. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1008398 – SP (2007/0273360-5)**. Relatora: Ministra NANCY ANDRIGUI. Data de Julgamento: 15/10/2009. TERCEIRA TURMA. Data de Publicação: DJ: 18/11/2009.

_____. **REsp 1008398 – SP (2007/0273360-5)**. Relatora: Ministra NANCY ANDRIGUI. Data de Julgamento: 15/10/2009. TERCEIRA TURMA. Data de Publicação: DJ: 18/11/2009.

¹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **STJ Notícias**. Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia>. Acesso em: 23 de out. de 2017.

_____. **REsp 1626739 - RS (2016/0245586-9)**. Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. Data de Julgamento: 09/05/2017. QUARTA TURMA.

_____. **REsp 678.933 – RS (2004/0098083-5)**. Relator: Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Data de Julgamento: 22/03/2007. Data de Publicação: DJ: 21/05/2007.

_____. **REsp nº 737.993 – MG (2005/0048606-4)**. Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 10/11/2009. QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ: 18/12/2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Noticias STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalhe.asp?idconteudo=341295>>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____. **Noticias STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalhe.asp?idconteudo=275563&caixabusca=n>>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____. **Pesquisa avançada STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciarepercussao/verandamentoprocesso.asp?incidente=4192182&numeroprocesso=670422&classeprocesso=re&numerotema=761>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **AC 2001.71.00.026279-9**, TERCEIRA TURMA, Relator ROGER RAUPP RIOS, D.E. 22/08/2007.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Academia Avançada, Rio de Janeiro, 2002, p. 182.

DIAS, Maria Berenice. Diversidade sexual e direito homoafetivo. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2ª ed. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque De Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1986, p. 891.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**. Saraiva, 5ª ed., vol. I, Rio de Janeiro, 2006, p. 160.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens uma breve história da humanidade**. L&PM, 24ª ed., Porto Alegre, 2017, p. 464.

HERZER. **A queda para o alto**. Vozes, 3ª ed., Petrópolis, 1982.

LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam: Sexo, Gênero e a Invenção das Categorias “Travesti” e “Transexual” no Discurso Científico**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, 2008.

LOUREIRO, Gabriela; VIEIRA, Helena. **Tudo o que você sabe sobre gênero está errado**, Revista Galileu, 17 mai. 2016. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/tudo-o-que-voce-sabe-sobre-genero-esta-errado.html>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MACRAE, Edward John Baptista das Neves. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Editora da Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

MEDEIROS, Breno Wilson Leite. **As ondas do discurso: um estudo crítico da representação da Ordem Social pelo Supremo Tribunal Federal**. Teses USP, Dissertação de mestrado. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../2015_BrenoWilsonLeiteMedeiros_VOrig.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Forense, 12ª Ed., Vol. V, Rio de Janeiro, 2005.

ONG TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **TMM annual report 2016**. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/tvt-ps-vol14-2016.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SACRAMENTO, Clarissa. **Homologação de sentenças estrangeiras sobre alteração de registro civil de nome e sexo para transexuais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2017, p. 29.

UERJ DIREITOS. Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ. Disponível em: <http://uerjdireitos.com.br/wp-content/uploads/2017/03/uerjdireitos_direitos-de-pessoas-trans-adi-4-275.pdf>.